

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

### **1. INFORMAÇÕES GERAIS**

O Serviço Social do Comércio (Sesc) foi criado por meio do Decreto-Lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946, publicado no DOU de 16 de setembro de 1946.

O regulamento da Entidade foi estabelecido pelo Decreto nº 61.836, de 05 de dezembro de 1967, publicado no DOU de 07 de dezembro de 1967, com as modificações dispostas nos Decretos: nº 5.725, de 16 de março de 2006 (DOU de 17 de março de 2006), nº 6.031, de 1º de fevereiro de 2007 (DOU de 02 de fevereiro de 2007) e nº 6.632, de 05 de novembro de 2008 (DOU de 06 de novembro de 2008).

#### **a) NATUREZA JURÍDICA DA ENTIDADE**

O Sesc é uma Entidade com personalidade jurídica de direito privado, nos termos da lei civil, sem fins lucrativos e, em decorrência, enquadra-se na imunidade tributária prevista na alínea “c”, do inciso VI, do artigo 150 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.

#### **b) NATUREZA DAS OPERAÇÕES E PRINCIPAIS ATIVIDADES DA ENTIDADE**

O Sesc tem por finalidade estudar, planejar e executar medidas que contribuam para o bem-estar social e a melhoria do padrão de vida dos comerciários e suas famílias e, bem assim para o aperfeiçoamento moral e cívico da coletividade, através de uma ação educativa que partindo da realidade social do país, exercite os indivíduos e os grupos para adequada e solidária integração numa sociedade democrática.

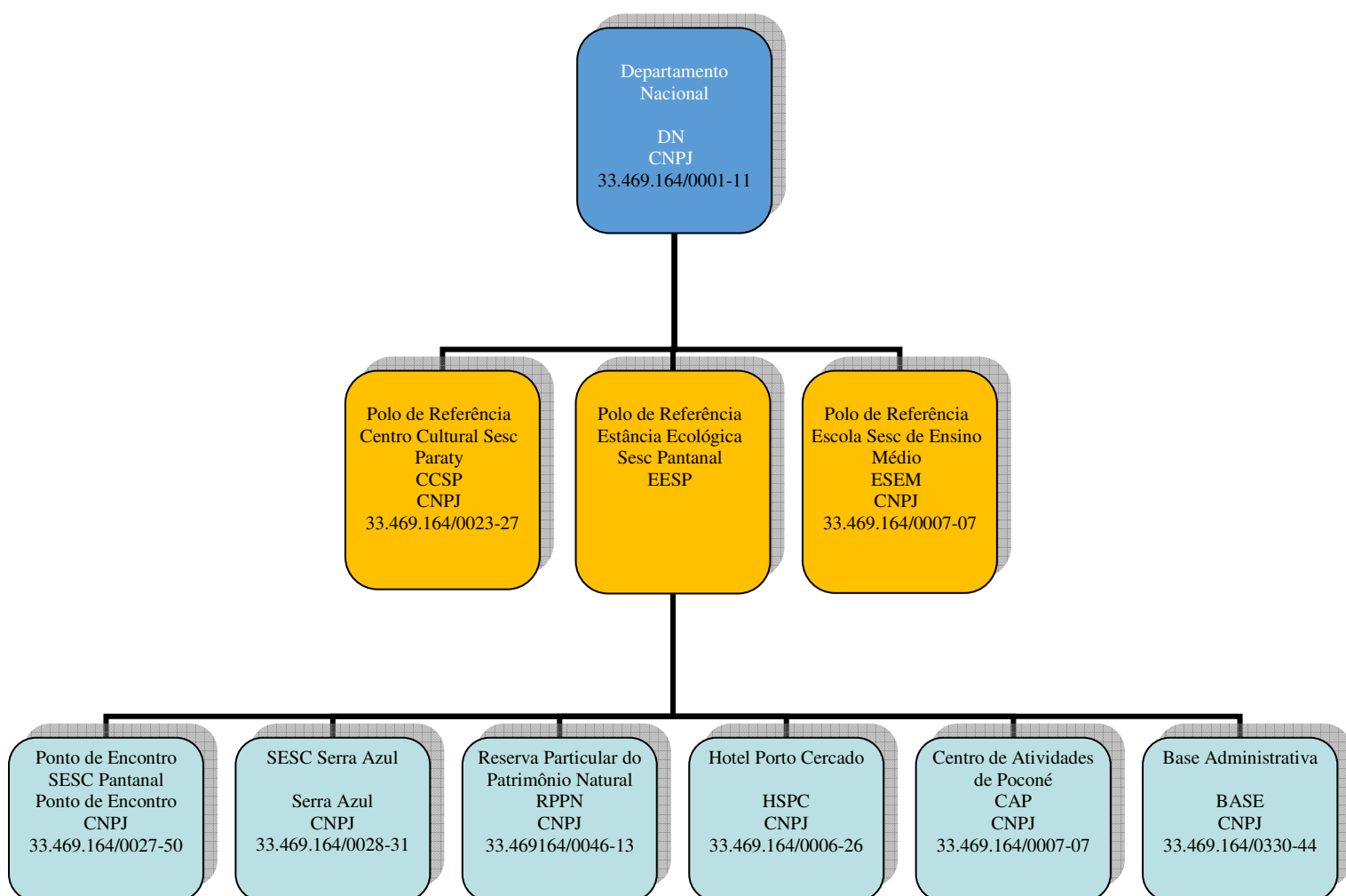
#### **c) DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO E COM AS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICÁVEIS**

Nossas práticas e demonstrações contábeis são regulamentadas por normas específicas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio das Resoluções CFC nº 1.128 a 1.137/2008, que aprovaram as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) nº NBC T 16.1 a 16.10, e incorporadas internamente ao Código de

Contabilidade e Orçamento (CODECO) do Serviço Social do Comércio, que regula a aplicabilidade em âmbito nacional sob a coordenação do Departamento Nacional.

As Resoluções Sesc nº 1.245 e 1.246/2012, alteradas pela de nº 1.291/2014, reformularam o CODECO, contemplando as novas práticas e demonstrações contábeis, com vigência de forma facultativa a partir de 2015 e compulsória a partir de 2018.

## 2. DEPARTAMENTO NACIONAL



Estas Notas Explicativas às demonstrações contábeis referem-se ao Departamento Nacional do Sesc, órgão executivo da Administração Nacional, esta com jurisdição em todo território nacional, composta ainda por Conselho Nacional – órgão deliberativo -, e Conselho Fiscal – órgão de fiscalização financeira.

#### a) DOMICÍLIO DO DEPARTAMENTO NACIONAL

O Departamento Nacional do Sesc, inscrito no CNPJ 33.469.164.0001-11, tem sede à Avenida Ayrton Senna, nº 5.555, Jacarepaguá, CEP 22775-004, Rio de Janeiro/RJ, com a seguinte estrutura:

A Estância Ecológica Sesc Pantanal é composta das seguintes Unidades Operacionais:

Base Administrativa, situada no endereço: Avenida Filinto Muller, 218 – Jardim Aeroporto, Várzea Grande – CEP 78.125-044

Centro de Atividades de Poconé – CAP, situada no endereço: Rua Generoso Ponce, s/n – Centro, Poconé – CEP 78.175-000

Hotel Porto Cercado – HSPC, situada no endereço: Rodovia Poconé Porto Cercado, Rodovia MT370, KM 43 – Poconé – CEP 78.175-000

Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN – situada no endereço Estrada MT 456, sentido Terra Indígena Pirigara, Zona Rural, Barão de Melgaço – CEP 78.190-000

Sesc Serra Azul – situada no endereço Rodovia MT 241 Km 70 s/nº, Zona Rural, Rosário Oeste – CEP 78.470-000

Ponto de Encontro Sesc Pantanal, situada no endereço: Avenida Presidente Arthur Bernardes – Várzea Grande Shopping, Lote 01/15 – Quadra 02, Lote 01/18 – Quadras 03 e 02A – Várzea Grande – CEP 78.125-000

Escola Sesc de Ensino Médio, situada no endereço: Avenida Ayrton Senna, 5677, – Jacarepaguá, Rio de Janeiro – CEP 22.775-004

Centro Cultural Sesc Paraty, situada no endereço: Rua Dona Geralda, 320 – Largo Santa Rita, Centro Histórico de Paraty – CEP 23.097-000.

#### b) CONTEXTO OPERACIONAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL

Ao Departamento Nacional compete a elaboração de normas e diretrizes gerais de ação do Sesc, prestar assistência técnica sistemática às administrações regionais, realizar estudos, pesquisas e experiências por meio das unidades operacionais, para fundamentação técnica

das atividades do Sesc, programar e executar os demais serviços de administração geral da Administração Nacional e sugerir medidas tendentes à racionalização do sistema administrativo da Entidade, dentre outras competências.

### **3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis apresentadas, em cumprimento às disposições legais e regulamentares, contêm dados do Departamento Nacional, incluindo os Polos de Referência e suas respectivas Unidades Operacionais.

Os fatos contábeis foram registrados e as Demonstrações Oficiais extraídas por meio da ferramenta eletrônica Sistema de Gestão Sesc (SGS). Esse sistema integrado de gestão da Microsoft, conhecido no mercado como Dynamic AX, caracteriza-se por gerenciar contabilidade, orçamento, projetos, contas a pagar, contas a receber, tesouraria, compras, estoque, ativo fixo, patrimônio e contratos.

Para fins de cumprimento da legislação vigente, toda documentação contábil resultante do registro dos fatos contábeis encontra-se arquivada em ordem cronológica. Esses registros foram efetuados em formulários próprios e serão transformados em Livros Diários autenticados, em observância às formalidades legais e técnicas que disciplinam a matéria.

### **4. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

O Conselho Fiscal, órgão de fiscalização financeira da Administração Nacional, é responsável pelo controle e fiscalização da aplicação de recursos do Sesc.

Nossas contas são, também, fiscalizadas e auditadas pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU), e os Orçamentos são aprovados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

### **5. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS APLICADAS**

Na elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis foram aplicados princípios, convenções, procedimentos e regras específicas.

a) BASES DE MENSURAÇÃO

Considerando a utilização de seus ativos de forma natural, consumidos somente na consecução de suas finalidades programáticas, os registros foram realizados com base no custo histórico, tendo reavaliação somente de seus bens imóveis.

b) CONTIGÊNCIAS

Não há passivo contingente registrado contabilmente em contas de Passivo e Resultado. As contingências fiscais, legais, trabalhistas, cíveis e outras estão controladas em contas de Atos Potenciais Ativos e Passivos, compondo o Balanço Patrimonial. Os processos jurídicos podem demorar mais que o exercício subsequente para serem resolvidos, por isso, decidiu-se não provisionar contingência e onerar o orçamento do ano com causas que ainda não foram finalizadas, engessando assim recursos de nossas atividades fins.

**6. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICANTES**

As demonstrações contábeis foram elaboradas em obediência às Características Qualitativas das informações. As principais práticas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão registrados ao custo de aplicação, acrescidos dos rendimentos proporcionais até a data do balanço;

b) ESTOQUES

Os estoques em almoxarifado são demonstrados pelo custo de aquisição e o método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado, e são formados prioritariamente por material de almoxarifado ou, ainda, por produtos para revenda, vinculados às atividades desenvolvidas, com grande rotatividade.

c) PROVISÕES PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A provisão para créditos de liquidação duvidosa não é realizada. A entidade se caracteriza pelos preços subsidiados com caráter pedagógico e educativo.

#### d) DEMAIS DIREITOS

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo estão demonstrados aos seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias ou, no caso de despesas pagas antecipadamente, demonstrados pelo valor de custo.

#### e) IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, às seguintes taxas estabelecidas, desconsiderando o valor residual:

Grupo de Bens	Vida Útil	Taxa de Depreciação
Móveis e Utensílios	10	10%
Máquinas e Equipamentos	10	10%
Equipamentos de Informática	05	20%
Veículos	05	20%
Edificações	25	4%

#### f) REAVALIAÇÃO

Objetivando a atualização dos registros contábeis e patrimoniais das edificações e terrenos pertencentes à Instituição, incluindo-se os Polos de Referência e em consonância ao disposto no artigo 9º da resolução nº 1.246/2012, foi realizado o trabalho de reavaliação de bens imóveis em 2018 por uma comissão independente de servidores do Departamento Nacional.

#### g) AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

A empresa não efetuou ajustes decorrentes de avaliações patrimoniais. Os bens móveis não apresentaram mudanças significativas no valor justo ou valores de mercado durante o ano, sendo desnecessária a avaliação, mas tão somente os ajustes por meio de registros de

depreciação. Invocando-se, ainda, numa questão de julgamento de valor, cuja relação custo-benefício não justificaria esta informação contábil para os bens móveis.

#### h) PASSIVO CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço, observando o regime de competência;

#### i) DETERMINAÇÃO DO RESULTADO

O resultado é apurado em obediência ao regime de competência de exercícios.

#### j) EVENTOS SUBSEQUENTES

Declaramos a inexistência e/ou conhecimento de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Entidade ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

### 7. INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

#### a) RESULTADO NO PERÍODO

#### VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

As variações patrimoniais aumentativas totalizam R\$1.725.512.661,53 no ano, apresentando a seguinte composição:

	dez/17	dez/18	%Var. Anual	%Part.
<b>Contribuições</b>	<b>1.024.662.442,50</b>	<b>1.053.115.010,01</b>	<b>2,78%</b>	<b>59,37%</b>
<b>Serviços</b>	<b>17.751.116,93</b>	<b>19.757.140,71</b>	<b>11,30%</b>	<b>1,11%</b>
<b>Financeiras</b>	<b>65.580.549,85</b>	<b>41.878.846,11</b>	<b>-36,14%</b>	<b>2,36%</b>
<b>Valorização e Ganho de Ativos</b>	<b>-</b>	<b>261.861.915,30</b>	<b>100,00%</b>	<b>17,99%</b>
<b>Outras</b>	<b>14.567.335,61</b>	<b>348.899.749,40</b>	<b>2295,08%</b>	<b>19,16%</b>
<b>Totais</b>	<b>1.122.561.444,89</b>	<b>1.725.512.661,53</b>	<b>53,71%</b>	<b>100,00%</b>

Em relação ao ano anterior as variações patrimoniais aumentativas sofreram um acréscimo de 53,71%, correspondente em reais a R\$602.951.216,64 onde as variações patrimoniais aumentativas de Contribuições apresentaram acréscimo de 2,78%, correspondente em reais a R\$28.452.567,51, acréscimo de 11,30%, correspondente em reais a R\$2.006.023,78 nas variações patrimoniais aumentativas de Serviços, decréscimo de 36,14% nas variações patrimoniais aumentativas Financeiras, correspondente em reais a R\$23.701.703,74. As variações patrimoniais aumentativas de Valorização e Ganho de Ativos apresenta um saldo de R\$ 261.861.915,30 relativo à reavaliação de bens patrimoniais (Terrenos e Edificações). As Outras Variações Patrimoniais Aumentativas sofreram um acréscimo correspondente em reais de R\$348.899.749,40, referente a transferência de Investimentos para Inversões Financeiras refletindo em Outras Variações Patrimoniais Diminutivas.

A receita de contribuição corresponde a 59,37% da receita total acumulada em 31/12/2018 e as demais respondem por 40,63%.

## VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

As variações patrimoniais diminutivas totalizam R\$1.488.640.003,67 no ano, apresentando a seguinte composição:

<b>Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>dez/17</b>	<b>dez/18</b>	<b>%Var. Anual</b>	<b>%Part.</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>186.389.128,70</b>	<b>186.235.684,47</b>	<b>-0,08%</b>	<b>12,51%</b>
<b>Uso de Bens e Serviços</b>	<b>226.304.048,64</b>	<b>226.085.494,69</b>	<b>-0,10%</b>	<b>15,19%</b>
<b>Financeiras</b>	<b>236.231,78</b>	<b>279.615,87</b>	<b>18,37%</b>	<b>0,02%</b>
<b>Transferências</b>	<b>637.938.320,49</b>	<b>688.841.832,27</b>	<b>7,98%</b>	<b>46,28%</b>
<b>Desvalorização e Perdas de Ativos</b>	<b>8.146.973,46</b>	<b>8.282.317,53</b>	<b>1,66%</b>	<b>3,84%</b>
<b>Outras</b>	<b>27.316.617,36</b>	<b>338.915.058,84</b>	<b>1140,69%</b>	<b>22,16%</b>
<b>Totais</b>	<b>1.086.331.320,43</b>	<b>1.448.640.003,67</b>	<b>33,35%</b>	<b>100,00%</b>

Em relação ao ano anterior o montante das variações patrimoniais diminutivas sofreu um acréscimo de 33,35%, correspondente em reais a



R\$362.308.683,24, justificados pelo acréscimo de 18,37% nas variações patrimoniais diminutivas Financeiras correspondente em reais a R\$43.384,09, acréscimo de 7,98% nas variações patrimoniais diminutivas de Transferências, correspondente em reais a R\$50.903.511,78, acréscimo de 1,66% nas variações patrimoniais diminutivas de Desvalorização e Perdas de Ativos, correspondente em reais a R\$135.344,07, decréscimo de 0,08% nas variações patrimoniais diminutivas de Pessoal e Encargos, correspondente em reais a R\$153.444,23, decréscimo de 0,10% nas variações patrimoniais diminutivas de Uso de Bens e Serviços, correspondente em reais a R\$218.553,95, e um acréscimo correspondente em reais a R\$311.598.441,48 em Outras Variações Patrimoniais Diminutivas, referente a transferência de Investimentos para Inversões Financeiras refletindo em Outras Variações Patrimoniais Aumentativas e ajuste na baixa de Ativo Não Circulante e baixa do saldo do FUNAC, extinto conforme resolução nº 1380/2018.

Analisando o comportamento destas variações no período, podemos afirmar que o montante realizado, representa 83,92% das variações patrimoniais aumentativas totais.

A Desvalorização e Perdas de Ativos refere-se ao registro de depreciação do exercício atual no valor de R\$8.282.317,53.

As variações patrimoniais diminutivas com Pessoal e Encargos Sociais representaram no período 10,50% das variações patrimoniais aumentativas.

Os encargos sociais, em relação às demais variações patrimoniais diminutivas de pessoal, foram de 26,02%, dentro do parâmetro de 40% adotado pelo Conselho Fiscal da Administração Nacional do SESC.

RUBRICA		NOMENCLATURA	R\$
3.1.1.1	A	Remuneração a Pessoal	109.567.901,80
3.1.2.1	B	Encargos Patronais	32.692.974,84
3.1.9.1	C	Outras VPD's - Pessoal e Encargos	16.099.481,52

$$\frac{B}{A + C} = \frac{32.692.974,84}{125.667.383,32} = 26,02\%$$

## RESULTADO

O resultado operacional do período é positivo no valor de R\$276.872.657,86 apresentando a seguinte composição:

	dez/17	dez/18
Variações Patrimoniais Aumentativas	1.122.561.444,89	1.725.512.661,53
Variações Patrimoniais Diminutivas	1.086.331.320,43	1.448.640.003,67
Resultado Operacional	36.230.124,46	276.872.657,86

O Resultado acumulado do Período apresentou um superávit da ordem de 16,08%, o que demonstra que do montante das variações patrimoniais aumentativas do período, 83,92% foram consumidas com o montante das variações patrimoniais diminutivas.

### b) BALANÇO PATRIMONIAL

#### CONTA 1.1.1.2 – DISPONIBILIZDADES VINCULADAS

O saldo de R\$75.874.032,66, tem a seguinte composição:

R\$39.829.734,75, referente retenção de repasse destinada à Fecomércio/RJ, em função de decretação de Intervenção no Departamento Regional do Sesc/Rio, este valor está lançado em contrapartida na conta do Passivo 2.1.2.1.2 – AA. RR. – C/ Arrecadação Compulsória;

R\$35.687.703,57, referente ao montante do Fundo de Beneficência, destinado à complementação salarial de ex-servidores participantes, este valor está lançado em contrapartida na conta do Passivo 2.1.2.7– Fundo de Beneficência dos Servidores, apresentando uma diferença a menor de R\$30.000,00, correspondente a valores adiantados mensalmente pelo Sesc a ser reembolsado futuramente pelo Fundo, devido ao limite para resgate dos recursos aplicados;

R\$356.594,34, referente ao montante de depósitos de caução relativos à Estância Ecológica Sesc Pantanal, este valor encontra em contrapartida na conta do Passivo 2.1.2.4 – Créditos Contratuais somente da mesma unidade.

#### CONTA 1.1.2.1.1 Arrecadação Compulsória

O valor de R\$704.617.523,03, tem a seguinte composição:

R\$1.835.332,64, referente a desconto indevido efetuado em novembro de 1999 pelo INSS na arrecadação do SESC em favor do SEST/SENAT, pendente de solução por conta de mandato de segurança interposto pelo Sesc Administração Nacional ainda sem julgamento definitivo – Processo nº 1999.34.00.034116-7.

Este valor está correspondido em conta do passivo 2.1.2.1.2.03 no valor de R\$1.495.171,80, parte correspondente dos departamentos regionais;

R\$702.782.190,39, referente ao registro de apropriação da arrecadação do mês de dezembro e 13º salário de 2018 a ser repassada pela Receita Federal do Brasil em janeiro de 2019. Parte deste valor será transferido aos departamentos regionais, conforme registro na conta 2.1.2.1.2.

#### CONTA 1.1.2.3 – DÉBITOS DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

Esta conta representa a movimentação interveniente entre o Departamento Nacional e os Departamentos Regionais, e ainda o subsídio concedido aos Polos de Referência do Departamento Nacional, nos seguintes valores:

1.1.2.3.1 AA.RR. – C/ Movimento no valor de R\$1.140.116,89, representa saldo de despesas realizadas em um Departamento a conta de outrem;

1.1.2.3.2 AA.RR. – C/ Adiantamentos para Projetos Especiais no valor de R\$31.370.287,17

e 1.1.2.3.3 AA.RR. – C/ Adiantamentos para Investimentos no valor de R\$1.500.410,06, representa adiantamentos efetuados pelo Departamento Nacional por conta de projetos especiais e investimentos, pendentes de prestação de contas por parte dos Departamentos Regionais;

1.1.2.3.9 Outros Débitos das AA.RR. no valor de R\$1.208.338.475,18, representa adiantamentos efetuados pelo Departamento Nacional por conta de projetos especiais e investimentos, pendentes de prestação de contas por parte dos Departamentos Regionais

no valor de R\$7.899.735,65, e o total de subsídios concedidos pela Departamento Nacional aos seus Polos de Referência no valor de R\$1.200.438.739,53, este valor, com correspondência na conta de passivo 2.1.2.2.9 Outros Créditos da AN, é referente as despesas para manutenção das atividades.

#### CONTA 2.1.2.3 – CRÉDITOS DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

Esta conta representa a integralizações de fundos calculados sobre a Cota Financeira mensal, disponibilizada pelo Departamento Nacional para custeio de projetos e investimentos nos Departamentos Regionais no valor de R\$103.103.046,46.

#### c) EFEITOS DA CONSOLIDAÇÃO

Para manter a integridade e fidedignidade dos registros e dados do sistema, optou se por não fazer nenhum ajuste de forma manual, já que os fatos contábeis foram registrados e as Demonstrações Oficiais extraídas, incluindo as consolidações, por meio da ferramenta eletrônica Sistema de Gestão Sesc (SGS), sistema integrado de gestão Dynamic AX. Ademais o efeito da consolidação é representado unicamente pelo montante de R\$ 1.200.438.739,53 e pode ser observado na conta ativa 1.1.2.3.9 - OUTROS DÉBITOS DAS AA.RR. correspondido em conta passiva 2.1.2.2.9 - OUTROS CRÉDITOS DA AN, e representa o total de subsídio concedido pelo Departamento Nacional aos seus Polos de Referência para as despesas de manutenção de suas atividades.

#### d) ATOS POTENCIAIS

No demonstrativo de Atos Potencias há uma diferença entre o total de Atos Potencias Ativos e Contrapartida de Atos Potenciais Ativos e entre o total de Atos Potencias Passivos e Contrapartida de Atos Potenciais Passivos no montante de R\$ 148.999,92 que será regularizada em janeiro. Tal diferença não gera impacto no Total Geral do demonstrativo.

#### e) AJUSTES DE ADOÇÃO AO NOVO CODECO

A partir do exercício de 2017 com a entrada da vigência do novo CODECO, absorvendo as novas práticas contábeis, aprovado pela resolução Sesc nº 1.245/2012, a Administração Nacional do Sesc efetuou registro de depreciação conforme orientação da Resolução Sesc nº 1.246/2012 de seus bens mantendo o saldo em contas redutoras do Ativo Imobilizado. As despesas geradas pelas depreciações de períodos passados foram registradas no Patrimônio Líquido (Ajuste de Depreciação Exercícios Anteriores) como estratégia da adoção inicial, já as depreciações mensais encontram-se na Variação Patrimonial Diminutiva.

### **8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

#### a) EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA

Da análise do quadro Balanço Orçamentário podemos concluir que a arrecadação da receita atingiu 87,01% do previsto no orçamento.

#### b) EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

Da análise do quadro Balanço Orçamentário podemos concluir que a realização da despesa atingiu 89,16% do previsto no orçamento.

#### REALIZAÇÃO DE VERBA ORÇAMENTÁRIA ACIMA DO AUTORIZADO

As contas 5.1.5.1 – Subvenções Ordinárias, 5.1.5.3 - Contribuições Confederativa e Federativas e 5.2.3.1 – Subvenções Extraordinárias – apresentam variação no ano em R\$281.487,49, R\$450.897,72 e R\$834.042,26 (respectivamente) acima do previsto por motivo de oscilação positiva na arrecadação da cota financeira, ocasionando efeitos diferenciados individualmente nas categorias orçamentárias, conforme regras específicas de distribuição e repasse das transferências regulamentares de cada Fundo ou Auxílio concedido.

### c) SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

O exame do Balanço Financeiro revela que o disponível diminuiu em R\$ 24.714.832,81, representando uma variação negativa de 3,51% em face dos resultados alcançados, conforme demonstramos abaixo:

Receita Orçamentária	1.115.133.976,54	
Despesa Orçamentária	<u>1.142.745.843,64</u>	- 27.611.867,10
Receita Extra-orçamentária	1.291.362,81	
Despesa Extra-orçamentária	<u>2.383.772,71</u>	- 1.092.409,90
Variações no Passivo	143.881.595,27	
Variações no Ativo	139.892.151,08	3.989.444,19
<b>Total</b>		<b>- 24.714.832,81</b>
Disponível em: 31/12/2017		703.816.942,38
Disponível em: 31/12/2018		<u>679.102.109,57</u>
Varição Negativa no Disponível		- 24.714.832,81

O exame da Demonstração das Variações Patrimoniais revela que o Patrimônio Líquido da Entidade aumentou em R\$276.872.657,86, em decorrência dos seguintes resultados obtidos:

Resultado Orçamentário	- 27.611.867,10
Mutações Patrimoniais Positivas	41.303.216,34
Variações Extraorçamentária Positivas	<u>263.181.308,62</u>
Superávit do Exercício	276.872.657,86

d) SUPERÁVIT FINANCEIRO

O superávit financeiro é apurado com base no último Balanço Patrimonial por meio da equação: Disponibilidades Efetivas menos Exigível Imediato.

TÍTULO	SALDO EM: 31/12/2017	SALDO EM: 31/12/2018
Disponibilidades Efetivas	643.912.989,18	603.228.076,91
Exigível Imediato	32.358.317,02	29.792.355,55
Superávit Financeiro	611.554.672,16	573.435.721,36

e) SITUAÇÃO PATRIMONIAL

a) ÍNDICE DE DESPESAS CORRENTES:

$$\frac{\text{Disponibilidades Efetivas}}{\text{Despesas Correntes no Mês}} = \frac{603.228.076,91}{128.114.508,63} = 4,71$$

b) ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA:

$$\frac{\text{Disponibilidades Efetivas}}{\text{Exigível Imediato}} = \frac{603.228.076,91}{29.792.355,55} = 20,25$$

c) ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL:

$$\frac{\text{Ativo Circulante - (Valores em Apuração + Despesas Antecipadas)}}{\text{Passivo Circulante - (Valores em Apuração + Receitas Antecipadas)}} = \frac{2.647.098.912,13}{2.045.058.677,08} = 1,29$$

d) ÍNDICE DE LIQUIDEZ MEDIATA:

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{2.649.388.667,99}{2.047.121.188,53} = 1,29$$

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2018.

\_\_\_\_\_  
JOSE ROBERTO TADROS  
PRESIDENTE  
CPF: 001.844.462-87

\_\_\_\_\_  
CARLOS ARTEXES SIMÕES  
DIRETOR GERAL  
CPF: 698.476.907-82

\_\_\_\_\_  
DANIEL MANSUR LOPEZ  
DIRETOR DA DIAF EM EXERCÍCIO  
CPF: 668.226.020-20

\_\_\_\_\_  
OTAVIO LEITE PEREIRA  
GERENTE DA GEF EM EXERCÍCIO  
CPF: 000.519.967-07

\_\_\_\_\_  
SUELLEN BOTELHO DOS SANTOS  
CONTADOR EM EXERCÍCIO  
CPF: 123.974.737-39  
CRC-RJ: 109.132/O-5 RJ